ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

PROJETO DE FORTALECIMENTO DA GESTÃO FISCAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CARTA-CONSULTA À COFIEX

AGOSTO de 2009

Porto Alegre – RS

SUMÁRIO

1 INFORMAÇÕES GERAIS DA PROPOSTA 5
1.1 TÍTULO DO PROJETO 5
1.2 TÍTULO ABREVIADO OU SIGLA DO PROJETO 5
1.3 CUSTO TOTAL E FONTES DE RECURSOS 5
1.3.1 Valor Total 5
1.3.2 Fonte de Recursos 5
1.4 PRAZO DE EXECUÇÃO 5
1.5 INDICAÇÃO DA MOEDA E TAXA DE CÂMBIO 6
2 JUSTIFICATIVA E APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA 6
2.1 JUSTIFICATIVAS 6
2.1.1 Descrição da Situação-Problema 6
2.1.2 Justificativa para a Solicitação de Financiamento Externo 9
2.1.3 Justificativa para a Escolha da Fonte Externa 10
2.2 APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA 10
2.2.1 Objetivo Geral 10
2.2.2 Objetivos Específicos 10
2.2.3 Justificativa da ampliação de investimentos no Profisco/RS 11
2.2.4 Localização 17
2.2.5 Beneficiários 17
2.3 IMPLANTAÇÃO DA PROPOSTA 18
2.3.1 Medidas Prévias à Execução de Ações Previstas no Projeto 18
2.3.2 Ações Previstas para a Implementação do Projeto 18
2.3.3 Ações e Etapas Relativas ao Projeto já Realizadas ou em Realização 32
3 INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS RELATIVAS A PROPOSTA 35
3.1 ARRANJO INSTITUCIONAL 35
3.2 REPASSE DE RECURSOS 36
3.3 PARTICIPAÇÃO DE SOCIEDADE CIVIL, COMUNIDADES E/OU SETOR PRIVADO 36
3.4 GASTOS COM CONSULTORIA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E ESTUDOS 36
3.5 OPERACIONALIZAÇÃO DO INVESTIMENTO 36
3.6 ÔNUS E BENEFICÍOS DECORRENTES DO PROJETO 36
3.7 IMPACTO AMBIENTAL 37
4 INFORMAÇÕES SOBRE O MUTUÁRIO, EXECUTOR E CO-EXECUTOR (ES) 38
4.1 INFORMAÇÕES SOBRE O MUTUÁRIO 38
4.1.1 Identificação do Mutuário 38
4.1.2 Experiências do Mutuário com Organismos Financeiros Multilaterais e Agências Governamentais Estrangeiras 38
4.1.3 Informações sobre o Estado 38
4.1.4 Indicação de Contragarantias 38
4.2 INFORMAÇÕES SOBRE O EXECUTOR E CO-EXECUTOR (ES) 38
4.2.1 Identificação do Executor 38

4.2.2 Experiências do Executor e do(s) Co-Executor (es) com Organismos Multilaterais e Agências Governamentais Estrangeiras 39
4.2.3 Ações Necessárias para o Fortalecimento Institucional do Executor e do(s) Co-Executor (es) 40

5 Detalhamento Físico-Financeiro da Proposta 41

5.1 CRONOGRAMA ANUAL FÍSICO-FINANCEIRO 41

6 Responsáveis pelo contato com a Secretaria Executiva da Cofiex 42

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Fonte de Recursos 5

1 INFORMAÇÕES GERAIS DA PROPOSTA

1.1 TÍTULO DO PROJETO

PROJETO DE FORTALECIMENTO DA GESTÃO FISCAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

1.2 TÍTULO ABREVIADO OU SIGLA DO PROJETO

- **PROFISCO/RS**

1.3 CUSTO TOTAL E FONTES DE RECURSOS

1.3.1 Valor Total

O valor total do projeto está orçado em US$ 66,666,667.00 (sessenta e seis milhões, seiscentos e sessenta e seis mil e seiscentos e sessenta e sete dólares americanos).

Cumpre observar que a presente Carta-Consulta substitui anterior uma vez que eleva o valor do empréstimo pretendido de US$ 15 milhões para até US$ 60 milhões. Neste sentido, pede-se a alteração da Recomendação n.º 1076, de 05 de dezembro de 2008, da Comissão de Financiamentos Externos – COFIEX, que limitou a operação de crédito em até US$ 15 milhões.

1.3.2 Fonte de Recursos

Tabela 1 – Fonte de Recursos

DISCRIMINAÇÃO	**Valor em US$**	%
Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	60,000,000	90
Contrapartida estadual	6,666,667	10
TOTAL	66,666,667	100

1.4 PRAZO DE EXECUÇÃO

O prazo de execução do projeto é de cinco anos, a contar da liberação da parcela inicial.

1.5 INDICAÇÃO DA MOEDA E TAXA DE CÂMBIO

A moeda do contrato deverá ser o dólar americano. A paridade adotada nesta proposta é de US$ 1.00 = R$ 2,00.

2 JUSTIFICATIVA E APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

2.1 JUSTIFICATIVAS

2.1.1 Descrição da Situação-Problema

A Secretaria de Estado da Fazenda é o órgão responsável pelas finanças do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Arrecada os recursos provenientes de tributos estaduais; fiscaliza os contribuintes para garantir que estão recolhendo o tributo devido; distribui os recursos entre os diferentes órgãos públicos de acordo com o Orçamento; paga os fornecedores do Estado; contabiliza e controla o uso dos recursos pelos agentes públicos. Em resumo, a Secretaria da Fazenda envolve-se em todos os atos que impliquem movimentação financeira, orçamentária ou patrimonial do Governo do Estado. Sua missão institucional é coordenar a formulação e executar as políticas de obtenção, gestão e controle de recursos públicos, para que o Estado cumpra a sua função.

Nos últimos 10 anos, a Secretaria vem desenvolvendo um significativo processo de fortalecimento institucional amplamente reconhecido pela sociedade gaúcha. Esse processo foi em grande medida financiado com recursos do BID, no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros (PNAFE), executado no período de 1997 a 2006. Os resultados alcançados foram satisfatórios, principalmente em decorrência do salto tecnológico verificado e na capacitação dos servidores fazendários.

Com a implementação do PNAFE, houve a incorporação massiva de tecnologia da informação ao processo fazendário (modernização de *hardware*; aquisição e implantação de *software* básico e aplicativos; aquisição de novas soluções de tecnologia da informação; desenvolvimento, implantação e operação de novos sistemas de informação corporativos e implantação de redes de informações).

Além disso, a modernização desse processo produziu diversos efeitos positivos sobre as atividades-fins da Secretaria: (i) arrecadação *on-line*; (ii) auditoria sem papel; (iii) planejamento da ação fiscal mediante a realização de cruzamentos de dados de informações obtidas com o uso de modernos sistemas de informação; (iv) conciliação do débito e crédito automática realizada com o uso de sistema de informação específico; (v) automatização do controle de processos de cobrança da dívida ativa e (vi) implantação do planejamento estratégico com o acompanhamento por meio de sistema informatizado, dentre outros.

A seguir, descrevem-se os principais resultados obtidos com a implementação do PNAFE no Estado.

PRODUTOS	IDENTIFICAÇÃO DOS PRODUTOS
Novo modelo de gestão e planejamento estratégico implantado.	Processo de Planejamento implantado e utilizado pelos gestores da SEFAZ; Sistema de Planejamento implantado (SISPLAN); Sistema Relatório de Atividades implantado (RIAT);

	Sistema Cálculo do Prêmio Produtividade e Eficiência (PPE); Programa de Formação Gerencial realizado; Programa de Desenvolvimento de Equipes realizado; Melhoria em Processos Organizacionais realizado; Programa de Qualidade de Vida (SEFAZ VIDA).
Programa de capacitação de servidores implantado.	Matriz de Capacitação para a definição dos conhecimentos, habilidades e atitudes necessários à mudança da cultura organizacional; Portal de Educação à Distância; (www.escolanarede.sefaz.rs.gov.br); Pós-Graduação em Gestão Fazendária, Gestão da Tecnologia da Informação e Auditoria Governamental; Capacitação dos servidores fazendários na utilização das ferramentas de informática; Cursos variados em modalidade presencial e à distância.
Programa de educação fiscal implantado.	Programa de Educação Fiscal envolvendo professores estaduais e municipais, com apoio da Secretaria da Educação do Estado e dos Municípios, servidores fazendários e população em geral.
Novo modelo de gestão de TI implantado.	Gestão centralizada quanto à definição da política de TI, ao planejamento de atividades e ao gerenciamento de equipamentos, *softwares* e da infra-estrutura de rede. Gestão descentralizada no desenvolvimento, gerenciamento e operação de sistemas corporativos nas áreas-fim: financeira, fiscal, orçamentária, contábil e controle interno.
Nova infra-estrutura tecnológica implantada.	Implantação da rede de estações de trabalho envolvendo 55 redes locais em mais de 130 endereços, da segurança ativa utilizando *appliances* e utilização de sistemas corporativos em baixa plataforma, em contraposição aos sistemas em mainframe.
Sintegra	Implantação do Sintegra de acordo com o planejamento nacional para troca de informações fiscais entre os estados brasileiros.
Cobrança administrativa modernizada e implantada.	Implantação do Serviço de parcelamento de créditos tributários pela internet, que permite aos contribuintes realizarem simulações, o pedido de parcelamento e a emissão da 1ª parcela para pagamento bancário. Implantado o sistema de restrições no CADIN/RS e publicada a lista de devedores na internet.
Novo modelo de gestão da arrecadação implantado.	Racionalização do trabalho interno. Melhoria da qualidade da informação. Redução geral de prazos para contabilidade da arrecadação.
Mecanismos de arrecadação modernizados e implantados.	Simplificação dos documentos de arrecadação. Utilização de documentos de arrecadação com código de barras. Implantação da arrecadação conjunta com outros órgãos estaduais em documento único.
Novo modelo de planejamento e gestão da ação fiscal implantado.	Monitoramento setorial de contribuintes. Recepção de informações fiscais eletrônicas, para a realização de cruzamentos, das seguintes fontes: a) administradoras de cartões de crédito (Lei estadual n° 12.209-04); b) administradoras de *Shopping Centers* sobre o faturamento de empresas (Lei estadual n° 12.209-04); c) Sintegra; d) fiscalização do trânsito de mercadorias; e) fiscalização do setor agropecuário em colaboração com os municípios do Rio Grande do Sul.
Mecanismos de fiscalização modernizados e implantados.	Organização de grupos setoriais de fiscalização orientados pelo monitoramento setorial. Digitação de notas fiscais acima de R$ 3 mil ou decorrentes de substituição tributária. Auditorias automatizadas realizadas com apoio do sistema *Audite*. Lançamentos fiscais automatizados (sistemas PRN - Programa de Recenseamento de Notas Fiscais e sistema Lance).

Processo judicial modernizado e implantado.	Processo judicial implantado por meios informatizados de controle do ajuizamento de ações de cobrança da dívida ativa e controle da movimentação processual.
Novo modelo de atendimento ao contribuinte implantado.	Atendimento de contribuintes e clientes pela internet. Opções de auto-atendimento bancário. Atendimento descentralizado em postos TudoFácil. Cumprimento de obrigações acessórias via internet.
Gestão da administração financeira modernizada e implantada.	Modelo de gestão da administração financeira baseado na visão sistêmica do processo (gestão orçamentária, contábil e financeira) visando à racionalização e controle do gasto público.
Procedimentos de auditoria e contabilidade modernizados e implantados.	Novos procedimentos de auditoria baseados no processamento eletrônico de dados e informações contábeis de forma automática e ágil. Automatização de lançamentos contábeis com execução de consistências parametrizáveis.

No entanto, os resultados acima demonstrados e ganhos fiscais obtidos com a modernização do processo fazendário correm o risco de ficarem desatualizados frente às mudanças em curso na administração tributária e na ampliação da transparência fiscal exigida pela sociedade.

A necessidade de adequar os processos, de renovar o conhecimento institucional, de capacitar os recursos humanos e integrar novos sistemas continuam na ordem do dia, pois ainda existe um enorme trabalho a ser realizado na gestão fiscal do Estado, em especial com a implantação da Nota Fiscal Eletrônica, Sistema de Escrituração Digital, Gerenciamento Matricial da Receita e da Despesa e ampliação do papel do controle interno.

No caso do Rio Grande do Sul, o Estado ocupa ainda a 16ª posição do País no que concerne a relação ICMS/PIB. Isso está relacionado às desonerações discricionárias (reduções de base de cálculo, créditos presumidos, microempresas e estornos de crédito fiscal), no âmbito da legislação estadual, que alcançaram 1,5% do PIB em 2007, segundo os dados do Orçamento 2009, enquanto a arrecadação efetiva de ICMS representou 7,0% do PIB.

Nos últimos anos, a Secretaria da Fazenda vem desenvolvendo um amplo conjunto de ações voltadas ao ajuste fiscal, atuando tanto no lado da receita quanto no da despesa. Em 2007, realizou-se um grande esforço fiscal e alcançou-se o maior resultado primário dos últimos 37 anos de R$ 954 milhões. A meta é alcançar o equilíbrio orçamentário até 2009, recuperar a capacidade de investimento do setor público e garantir uma oferta mais eficiente de serviços públicos para a sociedade.

Portanto, existem desafios importantes para a gestão fiscal do Estado, em especial para as administrações tributária e financeira e para o controle interno, que exigem novos investimentos em tecnologia da informação, em infra-estrutura e em capacitação dos servidores. Listam-se, abaixo, os principais problemas a serem enfrentados pelo projeto:

- Estrutura organizacional dos órgãos do Estado deficiente para coordenar de forma integrada os processos de gestão;
- Deficiência na troca de informações e experiências com outros estados;
- Deficiência na fiscalização de trânsito de mercadorias;
- Deficiência nos serviços de comunicação entre as repartições fazendárias, prejudicando ou inviabilizando utilização das ferramentas de auditoria e trabalho fiscal;
- Baixa recuperação dos créditos tributários na instância judicial;
- Deficiências no gerenciamento e no sistema de controle da dívida, sem a análise dos cenários de longo prazo;

- Deficiências no gerenciamento de precatórios, sem avaliação dos passivos contingentes;
- Baixa qualidade na estrutura de avaliação do gasto público;
- Falta de cultura de mensuração de impacto de políticas públicas e deficiência na gestão e planejamento de finanças públicas;
- Falta de informações estratégicas consolidadas para as áreas de direção do Tesouro do Estado;
- Falta de integração entre o sistema de cálculo de pensão (Sistema IPERGS) com o de pagamento (Sistema RHE) e carência de controle de parte da Folha de Pagamento da Administração Indireta;
- Falta de procedimentos adequados à administração, ao controle e à manutenção dos bens patrimoniais móveis;
- Deficiências nos processos e sistemas de gestão do Estado propiciam erros, desvios e fraudes;
- Dificuldade em atender as atividades crescentes de controle interno, principalmente as auditorias especiais;
- Inexistência de um sistema integrado de contabilidade de custos;
- Níveis de transparência, comunicação e atendimento ao cidadão não-alinhados com as expectativas da instituição e da sociedade;
- Falta de integração entre as estruturas da tecnologia de informação;
- Plano de capacitação desatualizado; e
- Inadequação do uso do potencial de produção de conhecimento da SEFAZ e sua disseminação interna.

2.1.2 Justificativa para a Solicitação de Financiamento Externo

Apesar das contas estaduais caminharem para o ajustamento do déficit orçamentário, a sustentabilidade do equilíbrio orçamentário no médio e longo prazos depende de um processo contínuo de melhoria da eficiência da arrecadação tributária e da gestão do gasto público. Adicionalmente, a demanda por investimentos em infra-estrutura e serviços públicos em áreas prioritárias é crescente, em razão de um longo período de deterioração da capacidade de investimento estadual, ainda longe da recuperação pretendida.

No que diz respeito ao investimento na área fazendária, a experiência do PNAFE comprova que o retorno obtido por esses investimentos alavanca as receitas tributárias e o controle dos gastos públicos, superando muito os custos totais do financiamento. Convém destacar que o aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão tributária permitiu ao Estado do Rio Grande do Sul alcançar a segunda posição em termos de desempenho da arrecadação de ICMS em 2008 (resultado acumulado até setembro), conforme os dados do CONFAZ.

Dado que as finanças estaduais estão em processo de ajuste e que a capacidade de investimento ainda é limitada no curto prazo, faz-se necessário buscar fontes externas para investir na gestão fazendária. Em última análise, a alternativa de financiamento externo busca melhorar o sistema de arrecadação, finanças e controle interno do Estado, visando à melhoria da prestação de serviços ofertados à população.

2.1.3 Justificativa para a Escolha da Fonte Externa

O BID dispõe de linha de crédito cujas características são adequadas às necessidades de financiamento da proposta objeto desta Carta-Consulta. Não há como entender o notório sucesso do PNAFE sem a efetiva participação Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, que, além dos recursos financeiros que proporcionou aos projetos de modernização, desenvolveu e absorveu integradamente com os Estados brasileiros, Governo Federal e outras instituições envolvidas no processo um bem sucedido e único modelo de gestão e estratégia de implantação desse tipo de Projeto. O seu comprovado envolvimento em busca de soluções e alternativas para todas as questões que envolveram o processo de modernização, lhe garante uma experiência ímpar nessas linhas de financiamento, principalmente no que tange ao controle, gestão e flexibilização de políticas de sua aplicação e execução. Além dos conhecimentos e das tecnologias adquiridas pelo BID na gestão e aplicação de recursos, não se pode deixar de levar em conta os resultados obtidos pelos estados brasileiros em termos de crescimento de arrecadação e dos benefícios que esta arrecadação tem proporcionado para a população dessas unidades da Federação.

O valor agregado pelo Banco, além da contribuição financeira, em toda a fase de preparação e durante a execução do programa, garantirá um selo de qualidade e fortalecimento institucional à Secretaria da Fazenda. Por fim, o Governo Federal apóia essa iniciativa do BID para os estados e pode excepcionalizar essa operação no âmbito do Programa de Ajuste Fiscal.

Neste sentido, cabe informar que este projeto foi incluído no Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado Rio Grande do Sul referente ao período 2008-2010, conforme consta no Ofício n.º 149/2008-GG da Governadora do Estado, encaminhado à Secretaria do Tesouro Nacional.

2.2 APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

2.2.1 Objetivo Geral

Melhorar a eficiência da administração fazendária, visando incrementar a receita própria, melhorar a gestão financeira e patrimonial do Tesouro Estadual e ampliar o controle interno da administração pública.

2.2.2 Objetivos Específicos

- Aperfeiçoamento organizacional e da gestão estratégica: Revisar o modelo de Planejamento e os processos de trabalho;

- Cooperação interinstitucional nacional e internacional: Compartilhar e trocar informações e ampliar a integração com outros níveis de governo;

- Melhoria da eficiência e eficácia da administração tributária: Aperfeiçoar o modelo de fiscalização de trânsito e estrutura de comunicação da Sefaz (Infovia), desenvolver e

implantar o novo Modelo de Gestão Integrada da Receita Estadual e o Sistema de Escrituração e Documentação Eletrônica;

- Melhoria da eficiência e eficácia da administração do contencioso fiscal: Desenvolver e implantar o novo modelo de gerenciamento e controle do contencioso judicial e da consultoria jurídica;

- Melhoria da eficiência e da eficácia da administração financeira: Desenvolver e implantar a nova sistemática de Gestão de Passivos, novo modelo de Programação Orçamentária, aperfeiçoar o Sistema de Recursos Humanos do Estado (RHE), etc.;

- Melhoria da eficiência e da eficácia da administração de material e de patrimônio;

- Aperfeiçoamento dos mecanismos de auditoria e controle interno da gestão fiscal: Implantar novo Modelo de Auditoria e novo Padrão de Contabilidade, etc.;

- Aperfeiçoamento dos mecanismos de transparência e comunicação com a sociedade: Disponibilizar novos serviços no Portal da Transparência;

- Modernização da gestão e aperfeiçoamento dos serviços de tecnologia da informação e dos serviços internos e externos: Implantar o Plano de Alinhamento Estratégico e Política de Segurança, incluindo o *Datacenter*;

- Aperfeiçoamento da gestão de recursos humanos: Implantar Plano de Formação Continuada; e

- Fortalecimento da gestão do conhecimento: Implantar sistemática de Gestão do Conhecimento.

2.2.3 Justificativa da ampliação de investimentos no Profisco/RS

A necessidade de ampliação dos investimentos no Profisco/RS deve-se ao aumento dos investimentos em Produtos já definidos na Carta-Consulta anterior (Infovia, *DataCenter, Modelo de Fiscalização de Trânsito e* Gestão de Passivos), bem como a inclusão de novos Produtos que serão fundamentais para avanço tecnológico da SEFAZ (Sistema Integrado da Receita Estadual, Desenvolvimento e Implantação de Sistemas de Escrituração e Documentação Eletrônica (Nota Fiscal Gaúcha e Produtor) e Implantação de novo Padrão de Contabilidade).

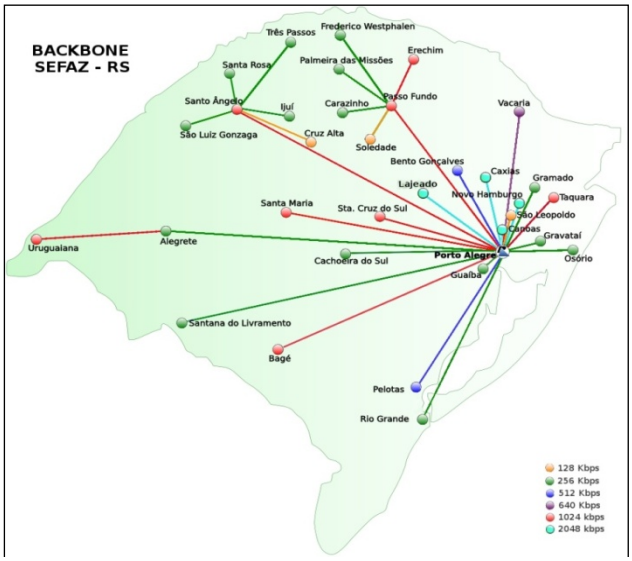
INFOVIA

Projeto a ser realizado conjuntamente com a Procergs para a substituição e ampliação do *backbone* de transmissão de dados do Estado para atender a todas as repartições da Secretaria da Fazenda, garantindo alta velocidade e uma rede de alta disponibilidade para repartições e Postos Fiscais. Esta nova Infovia estenderá os benefícios a vários órgãos do Estado, como Procuradoria Geral do Estado, o que facilitará sobremaneira a integração dos sistemas da Sefaz com órgãos do Estado.

Prevê-se um investimento para substituir e/ou criar estruturas novas de comunicação de dados, incluídos a consultoria para o desenvolvimento do Projeto, a compra de equipamentos, a instalação de canais de fibra ótica, etc. Este valor considera a

eliminação de grande parte do custeio de TELECOM do Estado, que gira em torno de US$ 1 milhão por mês, e que seria substituído por estruturas próprias.

A figura abaixo representa o *backbone* que atende a Fazenda atualmente.



Ressalte-se que existem situações hoje que operadoras de TELECOM privadas negam-se a prover serviço de comunicação em pontos onde - para o Estado – na sua atividade de Fiscalização de Tributos é imprescindível, como nas fronteiras estaduais.

Além disto, há forte tendência (nos próximos 5 anos) de uma inversão no modelo de processamento de dados, sendo introduzido nas organizações o conceito de *cloud computing*, ou computação na nuvem, levará para os datacenter centralizados o poder de processamento necessário para o cruzamento de um volume cada vez maior de informações. A computação em nuvem exige uma Infovia capaz de viabilizar o acesso aos sistemas centralizados de forma capilarizada pelo Estado do RS.

DATACENTER SEFAZ

Construção de ambientes seguros para hospedagem dos ambientes de processamento de dados da Secretaria da Fazenda/PROCERGS, especialmente os sistemas de missão crítica da Secretaria da Fazenda, como Nota Fiscal Eletrônica, que possuem exigências de funcionamento ininterrupto sob pena de prejuízos para empresas de todo o Brasil.

Há necessidade da adequação do datacenter principal da Secretaria da Fazenda e a necessidade de construção em outro local de um segundo datacenter seguro, devidamente equipado. Estima-se, com base em comparativos com outras Secretarias de Fazenda, (como a SEFAZ-SP que está estimando em US$ 20.000.000, a construção de um segundo site) que a SEFAZ-RS deverá investir, nestes dois ambientes, o montante aproximado de US$ 10 milhões.

Estes ambientes serão os responsáveis pela força do processamento de dados e pelo armazenamento das grandes quantidades de informação que passarão (e já estão) sendo processadas e que tende a aumentar geometricamente.

Estima-se que nos próximos 5 anos a necessidade de processamento e armazenamento aumentará mais de 100 vezes. Para exemplificar, no ano de 1999, a

PROCERGS, somando todas as informações armazenadas em seus sistemas não totalizava 1TB. Hoje, somente o sistema de Cruzamento de Informações para Auditoria Fiscal possui sozinho aproximadamente 6TB. Outro sistema estratégico, a Nota Fiscal Eletrônica recebe quase 1TB a cada 6 meses, e cada informação acaba por quadruplicar o volume quando se pensa em backup, redundâncias e, mesmo, a montagem de outros sistemas.

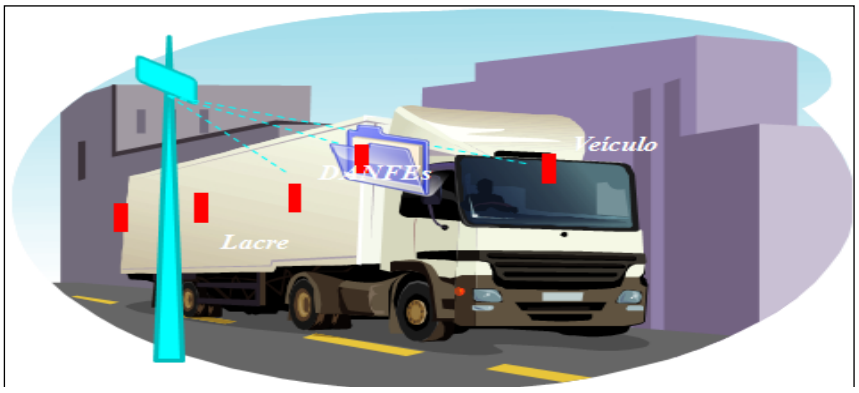
APERFEIÇOAMENTO DA FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO DE MERCADORIAS:

Os projetos (SNIAV e RFID) e equipamentos (veículos e kits para unidades volantes) destinam-se à modernização da ação do fisco sobre o controle do transito de mercadorias. O objetivo dessas aquisições ou desenvolvimento de soluções é o de ampliar a repressão à sonegação fiscal e a percepção de risco dos contribuintes em geral, por meio de uma atuação de maior qualidade e com melhor gestão de recursos humanos e materiais.

Pretende-se um investimento para substituir e/ou criar estruturas novas de comunicação de dados, incluídos a consultoria para o desenvolvimento dos projetos, além de veículos e kits para unidades móveis de fiscalização do trânsito de mercadorias. O controle eletrônico do fluxo de mercadorias em trânsito será cada vez mais importante num cenário de documentos fiscais eletrônicos, e de um modelo de fiscalização cada vez mais dinâmico e célere, onde as fraudes deverão ser detectadas (e atacadas) no exato momento em que estejam acontecendo.

O Sistema Nacional de Identificação Automática de Veículos (SNIAV) consiste basicamente na instalação de chips no pára-brisas dos veículos automotores contendo dados dos veículos como o Renavam, placa e chassi, que poderão ser identificados através de antenas instaladas em pontos estratégicos das cidades. As informações contidas na etiqueta são o Registro Nacional de Veículos Automotores (Renavam), placa e números do chassi. Com o uso dessa tecnologia o fisco poderá identificar situações irregulares com IPVA ou acompanhar o trânsito de veículos de determinados contribuintes.

A figura abaixo representa um possível uso do SNIAV.



O *Radio-Frequency Identification (RFID* consiste num método de identificação automática através de sinais de rádio, recuperando e armazenando dados remotamente através de dispositivos chamados de *tags* RFID. Essas etiquetas podem ser colocadas em equipamentos, embalagens ou produtos, dentre outros.

A figura abaixo representa alguns possíveis usos do RFID.

DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE NOVA SISTEMÁTICA DE GESTÃO DE PASSIVOS

Este sistema será desenvolvido para dar suporte às funções de gerenciamento e controle dos contratos e títulos da dívida pública do Estado do Rio Grande do Sul. O aplicativo é parametrizado e apresenta arquitetura cliente-servidor em duas camadas, integrando ferramentas de automação de escritório, tais como correio eletrônico, para o envio de relatórios aos órgãos de controle, e planilhas, que são utilizadas no apoio do cadastramento das fórmulas de cálculo, alavancando a produtividade dos usuários.

A ferramenta armazena a base legal, tem flexibilidade para atender todas as necessidades de cálculo de contratos e utiliza várias moedas, com independência para o usuário na parametrização das regras. Além disso, dispõe de funcionalidade de autorização eletrônica de empenho, integrando com contabilidade e contas a pagar.

As regras implementadas permitem o gerenciamento e o controle de todos os títulos e contratos da dívida, bem com a realização de projeções de valores e análises de propostas.

SISTEMA INTEGRADO DA RECEITA ESTADUAL (SIRE)

É o Projeto para desenvolvimento de um sistema, de forma equivalente a um ERP (*Enterprise Resource Planning*) em grandes corporações. O objetivo principal é integrar os diversos sistemas de informação existentes no ambiente corporativo da Receita Estadual, sob uma perspectiva sistêmica (transações, informações gerenciais e outros), possibilitando o armazenamento e uso de todas as informações de negócios vinculadas à tributação, arrecadação e fiscalização de tributos estaduais.

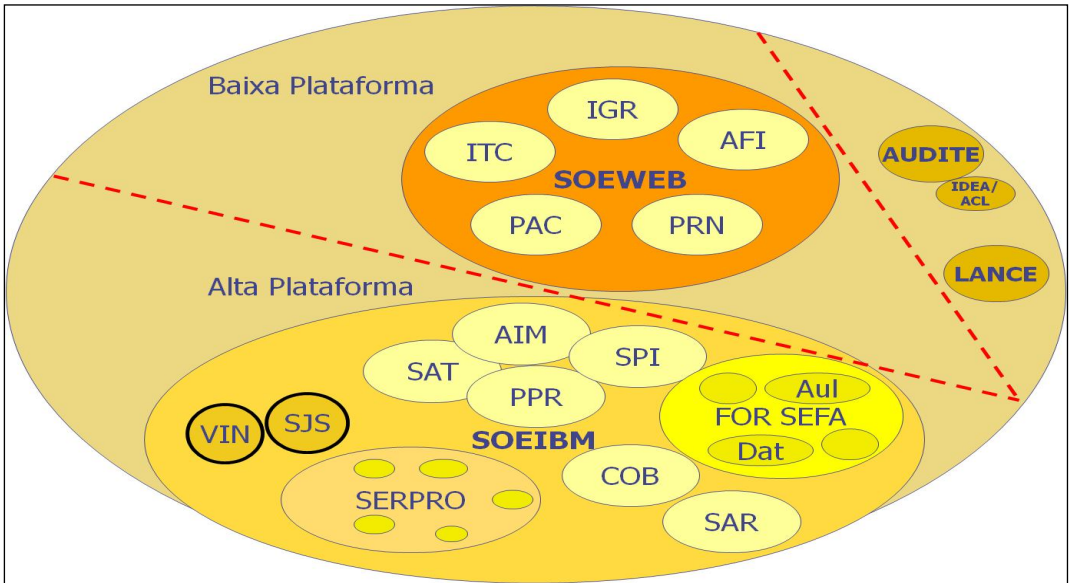
Busca-se um investimento para substituir e/ou criar estruturas novas de comunicação de dados, incluídos a consultoria para o desenvolvimento do Projeto do SIRE, a compra de equipamentos, etc. Esse valor produzirá impactos positivos em todas as atividades da Administração Tributária Estadual; a melhor informação possibilitará maior

atuação preventiva do gestor tributário, contribuindo para a justiça fiscal e para a regulação da economia.

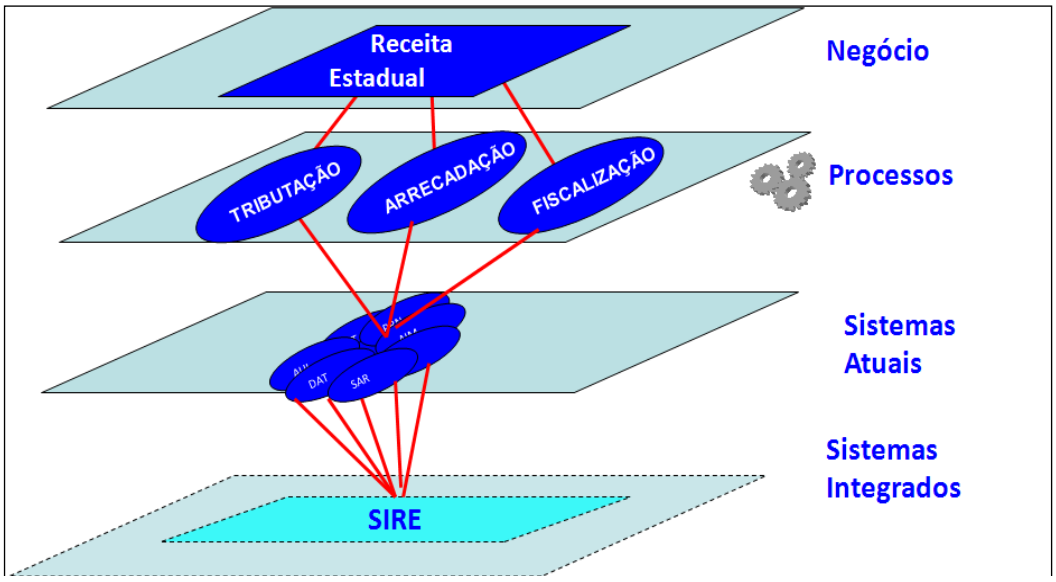
A repressão à concorrência desleal pode ser vista como externalidade positiva aos agentes econômicos, somando-se à economia gerada pela simplificação das obrigações acessórias; o custo de conformidade, de acordo com Aldo Bertolucci, representa em torno de 3,6% do PIB. Em pequenas empresas, conforme o autor, esses custos podem atingir cerca de 5%.

As figuras abaixo representam o conjunto de sistemas que atende a Receita Estadual atualmente e o SIRE.

Receita Estadual – Sistemas Atuais



SIRE – Sistema Integrado da Receita Estadual

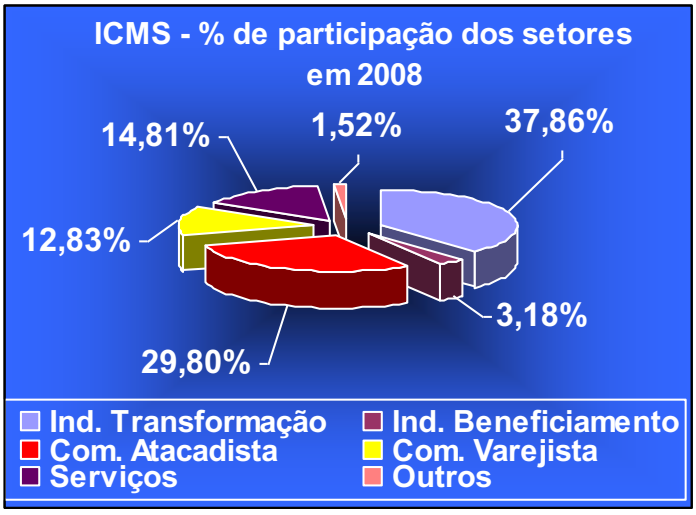


DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE ESCRITURAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO ELETRÔNICA

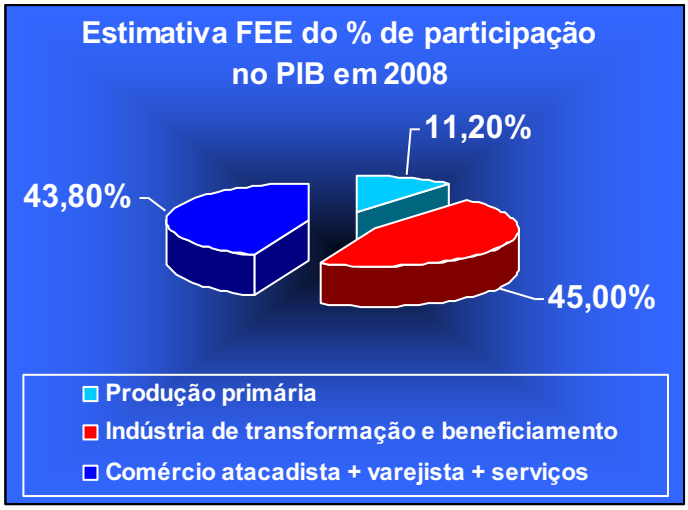
Os projetos Nota Fiscal Gaúcha e NF-e produtor rural visam ao desenvolvimento de novos sistemas vinculados à escrituração e documentação fiscal eletrônica, como objetivo de ampliar o uso da tecnologia substituta ao papel, com aumento de segurança, redução de gastos e melhoria na gestão de processos para contribuintes administração pública.

Busca-se um investimento para criar novos sistemas vinculados à documentação eletrônica, incluída a consultoria para o desenvolvimento dos projetos. O Rio Grande do Sul foi pioneiro na utilização da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) e do Conhecimento de Transporte Eletrônico (CT-e), além de prestar serviços de autorização para outros 12 (doze) estados, na NF-e, e um estado, no caso do CT-e, ambos por meio da SEFAZ Virtual. A ampliação das vantagens do uso dessa tecnologia possibilitará maior controle do comércio varejista e da produção e circulação de produtos primários.

A figura abaixo representa, entre outros, a participação do comércio varejista no PIB do RS, em 2008.



A figura abaixo representa, entre outros, a participação do setor primário no PIB do RS, em 2008.



IMPLANTAÇÃO DO NOVO PADRÃO DE CONTABILIDADE

O Controle e Gestão Patrimonial para bens móveis e imóveis e a sua integração com os sistemas de gestão orçamentária e contábil serão procedimentos indispensáveis a adequação do Estado às novas normas de contabilidade pública, bem como ao novo plano de contas unificado da área pública em implantação pela Secretaria do Tesouro Nacional. As ferramentas deverão permitir, entre outros procedimentos, o cálculo da depreciação e da atualização monetária dos bens, bem como o registro e o controle de suas variações, de forma a se apurar o patrimônio líquido do Estado com mais precisão e dentro das normas legais vigentes.

Por sua vez, o Módulo de contabilidade para as Sociedades Anônimas deverá permitir a compatibilização dos registros das variações patrimoniais daquelas entidades com as do ente público, quando da consolidação das contas, nas hipóteses de entidades dependentes, além de ser uma ferramenta indispensável ao Controle Interno, na medida em que este será o gestor dos sistemas.

2.2.4 Localização

Considerando-se a natureza dessa operação, as ações da proposta terão lugar e impacto sobre todo o território do Estado do Rio Grande do Sul.

2.2.5 Beneficiários

As ações aqui previstas deverão repercutir no conjunto da sociedade gaúcha, elevando a capacidade do Estado do Rio Grande do Sul de prover os serviços públicos e melhorar a qualidade dos gastos públicos.

O Estado do Rio Grande do Sul terá aumentado o nível de arrecadação própria. Os servidores fazendários terão elevado seu nível de capacitação e melhores condições de trabalho. Os contribuintes terão reduzidos o montante previsto para as isenções fiscais e, ao mesmo tempo, um Fisco mais atuante. Os municípios, por sua vez, receberão mais recursos provenientes do aumento das transferências estaduais. A sociedade em geral, pela maior

transparência institucional e disponibilidade de recursos, receberá uma maior oferta de bens públicos.

2.3 IMPLANTAÇÃO DA PROPOSTA

2.3.1 Medidas Prévias à Execução de Ações Previstas no Projeto

Não serão necessárias medidas jurídicas ou legais prévias à execução do projeto, excetuando-se a autorização legal para contrair o empréstimo. Projeto de Lei neste sentido será encaminhado à apreciação da Assembléia Legislativa do Estado.

2.3.2 Ações Previstas para a Implementação do Projeto

A seguir são descritas as ações que serão implementadas ao longo do período de execução do projeto, agrupadas em produtos e nos respectivos resultados esperados.

Cumpre salientar que a Matriz de Problemas, Produtos e Resultados, abaixo, foi acordada com o BID durante a Missão de Identificação e Orientação realizada nos dias 27 a 31 de julho de 2009.

MATRIZ DE PROBLEMAS, PRODUTOS E RESULTADOS Secretaria de Estado da Fazenda do Rio Grande do Sul (PROFISCO/RS)			
I. GESTÃO ESTRATÉGICA INTEGRADA			
1. Aperfeiçoamento organizacional e da gestão estratégica			
Problemas	**Causas**	**Produtos / Soluções**	**Resultados**
1.1. Dificuldade em coordenar de forma integrada os processos de gestão fazendária	1.1.1. Visão segmentada da SEFAZ e sua estruturas organizacionais prejudicando seus processos organizacionais 1.1.2. Processos de trabalho antigos, ineficientes e segmentados 1.1.3. Ferramentas de planejamento inadequadas para a visão de futuro da SEFAZ	**2.1.1.1. Revisão do modelo de Planejamento, dos processos de trabalho e adequação das estruturas organizacionais da SEFAZ**	**1.1.a. Meta** 100% dos macro processos da Secretaria da Fazenda redesenhados com metodologias únicas em todas as áreas **Linha de Base:** Macroprocessos da Secretaria da Fazenda não mapeados **1.1.b. Meta:** SISPLAN adequado ao novo modelo de Planejamento da SEFAZ até dezembro de 2012. **Linha de Base: SISPLAN**[1]
2. Cooperação interinstitucional nacional e internacional			
2.1. Deficiência na troca de informações e experiências com outros estados	2.1.1. Pouco conhecimento de benchmarking	**2.1. Implantação de Programa de intercâmbio interinstitucional de experiências e informações nos níveis nacional e**	**2.1.a. Meta**: Disseminação e/ou apropriação de 04 melhores práticas da gestão fiscal na COGEF[2], GEFIN[3] e ENCAT até o final da execução.

MATRIZ DE PROBLEMAS, PRODUTOS E RESULTADOS **Secretaria de Estado da Fazenda do Rio Grande do Sul** **(PROFISCO/RS)**			
	2.2.1. Visão dos servidores focada no operacional	**internacional**	**Linha de base:** Participação ativa em 06 grupos de trabalho já institucionalizados (COTEPE[4], ENCAT[5], GDFAZ[6], ENAT[7], GEF[8], GEFIN). **2.2. .b. Meta**: Compartilhar melhores práticas da receita e/ou do gasto público por meio da realização de 05 seminários **Linha de base**: 01 seminário anual
II. ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E CONTENCIOSO FISCAL			
3. Melhoria da eficiência e eficácia da administração tributária			
Problemas	**Causas**	**Produtos / Soluções**	**Resultados**
3.1. Deficiência na fiscalização de trânsito de mercadorias	**3.1.1.** Fiscalização por amostragem é baixa para o fluxo cargas que transitam nos postos fiscais e rodovias do Estado.	**3.1. Aperfeiçoamento do modelo de fiscalização de trânsito de mercadorias especialmente nos Postos**	**3.1. Meta**: **5% da fiscalização da carga de mercadoria em circulação fiscalizadas nos serviços de transporte**

[4] COTEPE - Comissão Técnica Permanente
[5] ENCAT – Encontro Nacional de Coordenadores e Administradores Tributários
[6] GDFAZ - Grupo das Escolas Fazendárias
[7] ENAT – Encontro Nacional dos Administradores Tributários
[8] GEF – Grupo de Educação Fiscal

MATRIZ DE PROBLEMAS, PRODUTOS E RESULTADOS **Secretaria de Estado da Fazenda do Rio Grande do Sul** **(PROFISCO/RS)**			
	3.1.2. Veículos de fiscalização sem os equipamentos necessários para verificação *on line* da autenticidade dos documentos e da situação dos contribuintes.	**Fiscais de grande porte.**	**realizados no Estado**. **Linha de base:**
3.2. Deficiência nos processos de auditoria e trabalho fiscal	3.2.1. Rede de comunicação estadual inadequada para a necessidade da administração tributária. 3.2.2. Custos operacionais elevados 3.2.3. Níveis de serviços atuais na rede SEFAZ inadequados às necessidades dos sistemas	**3.2. Aperfeiçoamento da estrutura de comunicação da SEFAZ - Infovia**	**3.2. Meta:** 100% das unidades descentralizadas da Receita Estadual e **da PGE** com canais de comunicação adequados, interligados às ferramentas de auditoria fiscal. **Linha de base:** 15 delegacias e 36 agências da Receita Estadual e 19 Procuradorias Regionais e a Sede Central da **PGE**
3.3. Dificuldade na tomada de decisão da gestão tributária (planejamento, acompanhamento e avaliação da fiscalização)	3.3.1. O sistema da administração tributária é composto por vários módulos não-integrados em uma única plataforma 3.3.2. Alguns sistemas de informações tributárias tecnologicamente defasados 3.3.3. Inexistência de Plano Estratégico que integre os sistemas informáticos com os objetivos estratégicos da SEFAZ	**3.3. Desenvolvimento e implantação de novo Modelo de Gestão Integrada da Receita Estadual**	3.3. **Meta:** 100% dos contribuintes cadastrados no Sistema Integrado de Receita Estadual - SIRE. **Linha de base**: 0% dos contribuintes cadastrados no Sistema Integrado de Receita Estadual – SIRE (**330.000** contribuintes em julho de 2009 – universo potencial).
4. Aperfeiçoamento da gestão do cadastro e implantação do sistema público de escrituração digital			
4.1. Deficiência na fiscalização das micro e	4.1.1 Falta de controle adequado do comércio varejista e produtores	**4.1 Desenvolvimento e implantação de Sistemas**	**4.1. Meta:** 100% das micro e pequenas empresas e **y%** das

MATRIZ DE PROBLEMAS, PRODUTOS E RESULTADOS **Secretaria de Estado da Fazenda do Rio Grande do Sul** **(PROFISCO/RS)**			
pequenas empresas e produção primária	rurais 4.1.2 Sistemas de fiscalização inadequados para a fiscalização massiva do varejo/produtor rural	**de Escrituração e documentação eletrônica (Nota Fiscal Gaúcha, NF-e Produtor, SPED)**	produtores rurais aderidos ao sistema de documentação eletrônica **Linha de base:** 222.000 micro e pequenas empresas e **300.000** produtores rurais ativos em julho de 2009.
5. Melhoria da eficiência e eficácia da Administração do Contencioso Judicial			
Problemas	**Causas**	**Produtos / Soluções**	**Resultados**
5.1. Baixa recuperação do crédito tributário e deficiência no gerenciamento dos passivos judiciais	5.1.1. Equipamentos e sistemas de informática defasados e insuficientes para atender a demanda 5.1.2. Falta de padronização de procedimentos e de instrumentos gerenciais para a tomada de decisões 5.1.3. Integração parcial dos sistemas para compartilhamento das informações 5.1.4. Estrutura física da PGE inadequada frente ao expressivo aumento da demanda	**5.1. Desenvolvimento e implantação do novo modelo de gerenciamento e controle do contencioso judicial e da consultoria jurídica**	**5.1.a. Meta:** Novo modelo de gerenciamento e controle do contencioso judicial implantado com 100% de processos novos da Dívida Ativa disponibilizados em meio eletrônico **Linha de base:** Inexistência de sistema integrado da PGE com o Poder Judiciário **5.1.b. Meta:** R$ xxx,00 de recuperação em cobrança **Linha de base:** Valor dos processos viáveis em cobrança (R$

MATRIZ DE PROBLEMAS, PRODUTOS E RESULTADOS **Secretaria de Estado da Fazenda do Rio Grande do Sul** **(PROFISCO/RS)**			
	5.1.5. Insuficiência de comunicação com os gestores públicos		XXX) **5.1.c. Meta:** Redução de x para y do número de novas consultas, após implantação do Portal de Orientações Jurídicas **Linha de base:** x consultas
5.2. Baixo aproveitamento da capacidade dos servidores em virtude da desatualização profissional	5.2.1. Inexistência de mapeamento das competências dos servidores da PGE 5.2.2. Desatualização profissional do quadro de servidores áreas de sua atuação (gestão, negociação, análise financeira, Tecnologia da Informação, Tributária, Constitucional e Processual Civil)	**5.2. Implantação do Plano de Formação Continuada da PGE**	**5.2.a. Meta:** Plano de Formação Continuada da PGE implantado até dezembro de 2012 **Linha de base:** Oferta de cursos ocasionais
III. ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA, PATRIMONIAL E CONTROLE INTERNO			
6. Melhoria da eficiência e da eficácia da administração financeira			
Problemas	**Causas**	**Produtos / Soluções**	**Resultados**
6.1. Perda de receita pela deficiência no gerenciamento e controle da dos fluxos de pagamentos de passivos judiciais e da ausência de planejamento da dívida	6.1.1. Sistema não integrado à gestão orçamentária, desatualizado tecnologicamente e inexistência de módulo gerencial no Sistema da Dívida 6.1.2. Estrutura de recursos humanos desatualizada	**6.1. Desenvolvimento e implantação de nova sistemática de Gestão de Passivos**	**6.1.a. Meta:** Nova sistemática de gestão de dívida, com relatórios gerenciais. **Linha de base:** A sistemática atual restringe-se ao registro da dívida (BackOffice[9])

[9] BackOffice - Registro dos contratos e pagamentos da dívida pública

MATRIZ DE PROBLEMAS, PRODUTOS E RESULTADOS **Secretaria de Estado da Fazenda do Rio Grande do Sul** **(PROFISCO/RS)**			
	6.1.3. Estado centrado na análise de caixa e não realizava gestão de dívida 6.1.4. Baixa integração entre a Fazenda, PGE e Judiciário 6.1.5. Alto volume de ações judiciais relativas à Lei Britto[11]		**6.1. b. Meta:** Módulo de Gestão Precatórios/RPV[10] implantado **Linha de base:** Módulo incompleto e não integrado. **6.1. c.** Processo do pagamento de RPV redesenhado e implantado **Linha de base:** Processo atual não está normatizado.
6.2. Baixa qualidade na estrutura de avaliação do gasto público	6.2.1. Mecanismos de gestão e controle do gasto público não alinhados. 6.2.2. Dificuldade de adaptar os gastos dos órgãos públicos à capacidade financeira do Estado 6.2.3. Falta de cultura de mensuração do gasto público	**6.2. Desenvolvimento e implantação do novo modelo da Programação Orçamentária, incorporando inovações GMD[12], Cota Base Zero e Oficinas do Gasto Público e Boletim de Acompanhamento das Cotas**	**6.2 a.Meta:** Custeio gerenciável[13] limitado a 6,5% da RCL[14]. **Linha de base:** Custeio condicionado a um incremento do Orçamento com base em 2006. **6.2 b.Meta:** Aumentar de 25 para 37 o número de processos de trabalho redesenhados e de 10 para 16 estruturas organizacionais revistas. **Linha de base:** 25 processos de trabalho e 10 estruturas organizacionais**.**

[10] RPV - Requisição de Pequeno Valor
[11] Lei Britto – Lei Estadual No. 10.395 que dispõe sobre a política salarial adotada no Governo Antonio Britto (1995/1998)
[12] GMD – Gerenciamento Matricial da Despesa
[13] Custeio Gerenciável – Gastos de custeio passíveis de influência do gestor
[14] RCL – Receita Corrente Líquida

MATRIZ DE PROBLEMAS, PRODUTOS E RESULTADOS **Secretaria de Estado da Fazenda do Rio Grande do Sul** **(PROFISCO/RS)**			
6.3. Falta de consolidação das informações para a tomada de decisões gerenciais.	6.3.1. Indisponibilidade de informações nos formatos e tempos desejados.	**6.3. Desenvolvimento e implantação do Portal de Informações, criação de novos cubos DW gerenciais e aplicação de Modelos preditivos.**	**6.2 a. Meta:** Portal de Informações estratégicas do Tesouro do Estado implantado em 36 meses **Linha de base:** Inexistência Portal de Informações estratégicas do Tesouro do Estado **6.2 b. Meta:** 12 modelos para conferência e correção de desvios implantados em 36 meses **Linha de base:** Tratamento manual da informação
	6.3.2. Falta de informações inter-relacionadas, provenientes de diferentes sistemas		
	6.3.3. Ausência de procedimentos avançados de análise comportamental dos dados financeiros e orçamentários		
	6.2.1. Inexistência de aplicativo estatístico preditivo para análise de dados aliado à baixa cultura de uso de métodos estatísticos		
6.4. Deficiência no controle das obrigações de pagamento e gestão de pessoas da Administração Indireta e das entidades consignatárias	6.4.1. As folhas de pagamento da Administração Indireta não estão integradas ao RHE (DAER[15], IPERGS[16], SPH[17] e SUPRG[18]	**6.4. Aperfeiçoamento do Sistema Recursos Humanos do Estado (RHE)**	6.4 **a.Meta:** 100% das Folhas de pagamento da Administração Indireta inclusas no RHE **Linha de base:** Administração Indireta do Estado não incluída no RHE = 04 6.4. **b. Meta:** Sistema de Consignação desenvolvido e implantado **Linha de base:** Tratamento manual das informações
	6.4.2. Deficiência no controle do benefício de consignação		

[15] DAER – Departamento Autônomo de Estrada e Rodagens
[16] IPERGS – Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul
[17] SPH - Superintendência dos Portos e Hidrovia
[18] SUPGR – Superintendência do Porto de Rio Grande

MATRIZ DE PROBLEMAS, PRODUTOS E RESULTADOS **Secretaria de Estado da Fazenda do Rio Grande do Sul** **(PROFISCO/RS)**			
6.5. Deficiência no gerenciamento do fluxo de caixa	6.5.1. Recursos físicos e tecnológicos insuficientes 6.5.2. Informações dispersas relativas à gestão de finanças	**6.5. Implantação de novos módulos e funcionalidade no Sistema de Finanças Públicas do Estado (FPE)**	6.5. **Meta:** Módulos: (i) Programação Orçamentária e Financeira; (ii) Planejamento Financeiro; e, (iii) Planejamento Orçamentário implantados. **Linha de base:** Programação Orçamentária e Financeira, Planejamento Financeiro e o Planejamento Orçamentário realizadas manualmente.
7. Melhoria da eficiência e da eficácia da administração de material e de patrimônio			
Problemas	**Causas**	**Produtos / Soluções**	**Resultados**
7.1. Controle ineficaz da localização dos bens patrimoniais	7.1.1. Normas internas desatualizadas 7.1.2. Demora na realização dos inventários de bens tendo em vista que a conferência é feita de forma precária e manual	**7.1. Implantação de nova sistemática de Gestão Patrimonial**	**7.1. Meta:** Redução de x para y o número de bens não localizados na SEFAZ. **Linha de base:** x bens não localizados
7.2. Demora de atendimento das demandas pela dificuldade de recuperação de documentos	7.2.1. Espaço físico insuficiente e inadequado para armazenar os processos e documentos; 7.2.2. Processos armazenados em vários locais e distantes	**7.2. Centralização e adequação às regras do CONARQ[19] da guarda dos arquivos físico e digital da SEFAZ**	**7.2. Meta:** 01 Arquivo de documentos **Linha de base:** 04 depósitos de arquivos

[19] CONARQ – Conselho Nacional de Arquivo

MATRIZ DE PROBLEMAS, PRODUTOS E RESULTADOS **Secretaria de Estado da Fazenda do Rio Grande do Sul** **(PROFISCO/RS)**			
7.3. Baixo nível de segurança do prédio-sede e demais unidades da SEFAZ.	7.3.1. Baixo e inadequado controle do fluxo de pessoas	**7.3. Implantação do Plano de Segurança Institucional**	7.3. **Meta:** 100% dos acessos físicos do prédio-sede, DPP[20]/DTIF[21]/SEMID[22]/Almoxarifado Edu Chaves monitorados. **Linha de base:** Inexistência de monitoramento interno
	7.3.2. Falta de investimento em segurança		
7.4. Insegurança da estrutura física do prédio Sede afetando o atendimento aos contribuintes e gerando más condições de trabalho	7.4.1. Prédio tombado, com exigências dos órgãos de controle do Patrimônio Histórico dificultando intervenções	**7.4. Melhoria do espaço físico para o atendimento dos servidores e contribuintes**	**7.4. Meta:** Cumprimento das regras de acessibilidade e segurança **Linha de base:** Não cumprimento das regras de acessibilidade e segurança**.**
	7.4.2. Áreas de acesso (rampa e escadas) e quedas dos elementos do reboco apresentam riscos aos contribuintes e servidores.		
	7.4.3. Técnicas construtivas e manutenção das características demandam grandes investimentos.		
8. Aperfeiçoamento dos mecanismos de auditoria e controle interno da gestão fiscal			
Problemas	**Causas**	**Produtos / Soluções**	**Resultados**
8.1. Efetividade insuficiente do controle	8.1.1. Falta de ferramentas tecnológicas adequadas	**8.1. Implantação de novo Modelo de Auditoria**	**8.1. a. Meta:** Ter, pelo menos, 2 grandes processos de despesa acompanhados com análise preditiva **8.2. Linha de base:** 0 processos de
	8.1.2. Qualificação insuficiente dos agentes de controle		

[20] DPP – Divisão de Pagamento de Pessoal da SEFAZ
[21] DTIF – Divisão de Tecnologia e Informações Fiscais
[22] SMID – Setor de Microfilmagem e Digitalização

MATRIZ DE PROBLEMAS, PRODUTOS E RESULTADOS **Secretaria de Estado da Fazenda do Rio Grande do Sul** **(PROFISCO/RS)**			
	8.1.3. O Estado não dispõe de uma matriz de risco institucional, que leve em consideração à materialidade e à relevância dos objetos de controle interno		despesa acompanhados com análise preditiva 8.1. **b. Meta:** 20 órgãos com matriz de risco desenvolvida e publicada **Linha de base**: 0 órgãos com matriz de risco.
8.2. Sistema Contábil incompatível com a nova legislação aplicada ao setor público.	8.2.1. Alterações na Legislação que tratam de contabilidade pública 8.2.2. Recursos tecnológicos insuficientes	**8.2. Implantação do novo padrão de Contabilidade**	**8.2 a. Meta:** Implantação da Convergência à Contabilidade Internacional e Integração com Sistema de Controle Patrimonial **Linha de base**:XXXXXX
8.3. Tomada de decisão gerencial sem base em conhecimento de custos.	8.3.1. Falta de procedimentos administrativos adequados para identificação de custos. 8.3.2. Falta de sistema que possibilite uma visão integrada e descentralizada dos custos.	**8.3. Desenvolvimento e implantação de Sistemática de Contabilidade de Custos**	**8.3 Meta:** 80% dos gastos da administração direta identificados em nível de centro de custos. **Linha de base:** 0 gastos da administração direta identificados em nível de centro de custos
8.4. Dificuldade de controle, baixa transparência e morosidade do processo administrativo	8.4.1. Processo administrativo baseado em meio papel 8.4.2. Ausência de marco regulatório que permita a implantação do processo eletrônico	**8.4. Implantação de Sistemática do Processo Administrativo Eletrônico**	**8.4. a. Meta**: Substituir, no mínimo, 05 fluxos de processos em meio físicos por meio eletrônico. **Linha de base:** Fluxo de processos

MATRIZ DE PROBLEMAS, PRODUTOS E RESULTADOS **Secretaria de Estado da Fazenda do Rio Grande do Sul** **(PROFISCO/RS)**			
	8.4.3. Acesso físico limitado aos processos em tramitação		em meio físico. 8.4. **b. Meta**: Ao menos 02 Poderes com acesso aos processos administrativos eletrônicos. **Linha de Base**: 0 processos administrativos eletrônicos
IV. GESTÃO DE RECURSOS ESTRATÉGICOS			
9. Aperfeiçoamento dos mecanismos de transparência e comunicação com a sociedade			
Problemas	**Causas**	**Produtos / Soluções**	**Resultados**
9.1. Baixo nível de transparência na aplicação dos recursos e insuficiente controle social.	9.1.1. Insuficiência de meios de comunicação direta com o cidadão. 9.1.2. Linguagem técnica, voltada para a Administração Pública e de difícil entendimento pelo cidadão. 9.1.3. Sistemas de informações não foram construídos para disponibilização de dados ao grande público.	**9.1 Disponibilização de novas funcionalidades no Portal da Transparência**	**9.1. a. Meta**: Pelo menos 2000 acessos por ano no Portal **Linha de Base**: Portal da Transparência não publicizado **9.1. b. Meta:** 100% das receitas e despesas dos órgãos da administração direta, fundacional e autárquica do Estado disponibilizadas ao cidadão em linguagem acessível. **Linha de base:** Portal da Transparência não publicizado
10. Modernização da gestão e aperfeiçoamento dos serviços de tecnologia da informação e dos serviços internos e externos			
Problemas	**Causas**	**Produtos / Soluções**	**Resultados**

MATRIZ DE PROBLEMAS, PRODUTOS E RESULTADOS **Secretaria de Estado da Fazenda do Rio Grande do Sul** **(PROFISCO/RS)**			
10.1. Dificuldade no estabelecimento de prioridades de investimentos em TI	10.1.1. Falta de alinhamento entre o TI e o negócio da SEFAZ 10.1.2. Baixa integração entre as áreas de TI da SEFAZ.	**10.1. Implantação de Plano de Alinhamento Estratégico e de Investimentos de médio prazo**	**10.1. Meta:** Investimentos de TI (gestão de impressão, rede, *wireless*, entre outras) realizados de acordo com o Plano de Alinhamento Estratégico e de Investimentos e incorporados aos orçamentos anuais da SEFAZ. **Linha de base**: Inexistência de plano institucional de investimentos em TI.
10.2. Vulnerabilidade dos dados fiscais do estado	**10.2.1.** Falta de uma política de segurança da informação 10.2.1. Falta de segurança física do ambiente de *Datacenter* na SEFAZ 10.2.2. Inexistência de plano de investimento de longo prazo	**10.2. Elaboração e implantação de uma política de Segurança contemplando a implantação do *Datacenter***	10.2. **Meta**: Política de segurança implantada e incorporada nos orçamentos anuais da SEFAZ, incluída a implantação do *Datacenter* até 2012 **Linha de base:** Inexistência de política de segurança de TI.
11. Aperfeiçoamento da gestão de recursos humanos			
Problemas	**Causas**	**Produtos / Soluções**	**Resultados**
11.1. Baixo nível de satisfação dos servidores com as políticas de Recursos Humanos da instituição	11.1.1. Não existe matriz de funções e competências que permita definir critérios objetivos de avaliação de desempenho 11.1.2. Cultura organizacional pouco voltada à meritocracia	**11.1. Desenvolvimento e implantação de Política de Gestão por Competências**	**11.1. a. Meta**: Política de Gestão por Competência institucionalizada. **Linha de base:** Inexistência de Política de Gestão por Competência 11.1. **b. Meta:** Sistematização do

MATRIZ DE PROBLEMAS, PRODUTOS E RESULTADOS **Secretaria de Estado da Fazenda do Rio Grande do Sul** **(PROFISCO/RS)**			
	11.1.3. Inexistência de política de Recursos Humanos voltada para o perfil de competência		processo de Promoção e do Estágio Probatório **Linha de Base:** Processo de Promoção e do Estágio Probatório não sistematizado
11.2. Redução da eficiência dos servidores em virtude da desatualização profissional	11.2.1. Cultura organizacional pouco voltada à meritocracia 11.2.2. Ausência de metodologia capaz de mapear as competências dos servidores 11.2.3. Desatualização dos servidores em áreas de suas responsabilidades 11.2.4. Instalações da escola fazendárias insuficientes para a demanda	1.2. **Implantação de Plano de Formação Continuada contemplando a Matriz de Competências**	**11.1. a. Meta**: Plano de Formação Continuada implantado **Linha de base:** Inexistência de Plano de Formação Continuada baseado na Matriz de Competências **11.1. b. Meta**: Escola Fazendária reestruturada e implantada **Linha de base:** Escola Fazendária incipiente (01 sala de aula e 01 laboratório de informática)
12. Fortalecimento da Gestão do conhecimento			
Problemas	**Causas**	**Produtos / Soluções**	**Resultados**
12.1. Inadequação do uso do potencial de produção de conhecimento da SEFAZ e sua disseminação interna	12.1.1. Baixo compartilhamento da produção técnica e de informações 12.1.2. Falta de cultura institucional voltada à disseminação do conhecimento 12.1.3. Dificuldade de relacionamento entre as áreas da organização	**12.1.Implantação de sistemática de Gestão do Conhecimento**	**12.1.Meta**: Modelo de Gestão do Conhecimento da SEFAZ aprovado e disseminado, com designação de equipe em 24 meses **Linha de base: Inexistência de gestão de conhecimento**

2.3.3 Ações e Etapas Relativas ao Projeto já Realizadas ou em Realização

Em junho corrente, o Governo do Estado lançou o Programa Estruturante Ajuste Fiscal. Com ações em execução desde o início de 2007, o programa está ampliando suas metas e terá, até 2010, um conjunto de 92 etapas de trabalho a serem cumpridas. O programa executado pela Secretaria da Fazenda é formado por três grandes projetos: Receita para Crescer, Fazendo Mais com Menos e Transparência RS. A execução desses projetos exigirá a busca de recursos financeiros adicionais junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e ao BID, os quais complementarão as fontes orçamentárias estaduais.

O Projeto Receita para Crescer busca o desenvolvimento e a implantação do Sistema Público de Escrituração Digital, composto pelo SPED contábil, SPED Fiscal, Nota Fiscal Eletrônica, Cadastro Sincronizado e Conhecimento de Transporte Eletrônico, e o desenvolvimento e adequação dos sistemas e aplicativos próprios, dependentes ou relacionados com as necessidades e potencialidades do SPED. O Estado está pleiteando recursos junto ao BNDES, no âmbito do PMAE. O projeto PMAE/RS foi enquadrado pelo Banco e ainda se encontra em análise.

A Secretaria da Fazenda tem atuado fortamente no desenvolvimento do pioneiro e avançado projeto da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), elaborado em parceria com a Companhia Estadual de Processamento de Dados (Procergs). Até o final de 2009, a previsão é de que a arrecadação de ICMS do Estado do Rio Grande do Sul documentada por Nota Fiscal Eletrônica ultrapasse os 50%. Com esse salto, o Estado consolidará seu papel de indutor da implantação e do desenvolvimento do sistema NF-e no âmbito nacional. Além do pioneirismo na emissão do documento, o Estado atende outras 12 unidades da federação através de sua Sefaz Virtual, graças à qualidade das equipes da Fazenda e da Procergs. Hoje, já são mais de 78 milhões de notas eletrônicas autorizadas, representando mais de R$ 1 trilhão em movimentação financeira.

A ampliação da Nota Eletrônica tem sido um dos mais importantes mecanismos de modernização da receita e de combate à sonegação adotado pelo Programa Estruturante Ajuste Fiscal. Também por convênio entre os Estados, a partir de setembro, outros 54 segmentos econômicos deverão entrar na obrigatoriedade da NF-e, entre eles fabricantes de cosméticos, de alimentos para animais, fabricantes e importadores de equipamentos de informática e periféricos entre outros. Esses setores somados aos que já compõem o quadro de obrigatoriedade (inseridos em abril e dezembro de 2008 e abril de 2009) aumentarão ainda mais o fluxo de notas autorizadas virtualmente.

A NF-e introduz mudanças significativas no processo de emissão e gestão das informações fiscais, trazendo grandes benefícios para os contribuintes e para as administrações tributárias.

Foram encaminhadas medidas para ampliar a receita, que incluem o combate à sonegação, a modernização da gestão tributária, negociação sobre mudanças nos critérios de transferências do saldo credor das exportações e reavaliação de benefícios tributários. As ações compensaram parte da perda decorrente da redução das alíquotas sobre combustíveis, energia e comunicação vigentes até 2006.

Entre as ações para o aumento da receita, destacam-se:

- **Ampliação da substituição tributária**: em dezembro de 2007, a governadora Yeda Crusius e o governador de São Paulo, José Serra, firmam Termo de Cooperação para ampliar a troca de informações tributárias. A partir de 2008, os segmentos de autopeças, rações pet, arroz beneficiado, celulares, colchões e perfumaria, cosméticos e higiene pessoal passaram a ser tributados por substituição tributária. Neste ano, novos setores serão abrangidos pela Substituição Tributária, como o de sucos e bebidas não-alcolicas, incluído em julho. Com a medida, o ICMS é tributado

na indústria ou no atacado e não nos pontos-de-venda. Esse sistema de tributação garante um maior controle do Fisco sobre a arrecadação.

- **Programa de Avaliação do Contribuinte – PAC Inteligente**: é um sistema estatístico que passou a cruzar 61 indicadores para o acompanhamento de 135 mil contribuintes gaúchos. A partir deles, em 2007, foram estabelecidos padrões que permitem que se chegue a um comportamento e a uma média de arrecadação para os contribuintes. As empresas que ficam abaixo da nota média têm seu comportamento analisado para verificação dos motivos. Essa ferramenta agiliza e dá foco às auditorias da Receita Estadual.

- **Gerenciamento Matricial da Receita:** A ferramenta foi desenvolvida em parceira com o Programa Gaúcho de Qualidade e Produtividade (PGQP) e permite o controle da arrecadação do ICMS, IPVA e ITCD e a recuperação dos créditos tributários, apurando também os casos de omissão na entrega de guias. Foram estabelecidas metas de fiscalização e autuação em cada uma das 14 delegacias da Receita Estadual em todo o Estado.

- **Fortalecimento da Nota Fiscal Eletrônica:** graças aos esforços de prospecção feitos pela Receita Estadual e por protocolos do Confaz que tornaram obrigatória a utilização da NF-e para mais 25 setores em abril deste ano, mais de 10 mil empresas passaram a emitir esse tipo de documento no Estado.

- **Sefaz Virtual**: o Rio Grande do Sul passou a colaborar com outros Estados na autorização da Nota Fiscal Eletrônica. Com a Sefaz Virtual, empresas e Receitas Estaduais emitem e autorizam documentos fiscais de forma ininterrupta. Hoje, o número de Notas Eletrônicas autorizadas, via Sefaz Virtual, incluindo os Estados do Acre, Alagoas, Amazonas, Amapá, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Rio de Janeiro, Roraima, Santa Catarina, Sergipe, Tocantins e Rondônia.

- **Conhecimento de Transporte Eletrônico**: A partir de março, o Rio Grande do Sul começou a emitir de forma pioneira o documento de Conhecimento de Transporte Eletrônico - CT-e - com validade fiscal e jurídica em todo o território nacional. Assim como no caso da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), no qual o RS também foi pioneiro, o projeto do CT-e está sendo desenvolvido de forma gradual, inicialmente cinco empresas começam a utilizar o documento no Estado. Esse é um projeto que não se limita a substituir um modelo (papel) por outro (eletrônico), mas procura unificar em um único documento eletrônico os diversos modais de transporte de carga (rodoviário, ferroviário, aquaviário, aéreo e dutoviário). Como ocorre com a NF-e, RS irá este documento também para outros Estados.

- **Ampliação e reforma de postos fiscais**: foi construído no novo posto fiscal de Aratiba para evitar o tráfego de cargas ilegais pela barragem de Itá (especialmente álcool e demais combustíveis). Também foi ampliado o Posto Fiscal de Iraí, por onde entram, especialmente, cargas vindas do Paraguai. O RS tem uma das melhores infra-estruturas de postos fiscais de divisa, com 22 pontos.

No que tange à gestão financeira, o Projeto Fazendo Mais com Menos pretende racionalizar e otimizar as despesas do Executivo, com ênfase no controle dos gastos de custeio e na revisão de estruturas e processos. As ações centram-se no cota base zero, oficinas de reeducação do gasto, gerenciamento matricial da despesa, boletim da execução

orçamentária e frentes de reestruturação organizacional e de processos. Pretende-se realizar uma matriz de capacitação no Tesouro Estadual e a partir dela estabelecer ações de capacitação técnica e gerencial.

Os resultados do Programa Fazendo Mais com Menos foram os seguintes:

- **Gerenciamento Matricial da Despesa – GMD**: atinge 80% do gasto com a parceria do PGQP. O GMD dividiu-se em duas frentes. A primeira refere-se às despesas corporativas, que representam os gastos de itens comuns a todos os órgãos da administração (como água, energia, telefonia, combustíveis), através da renegociação de preços de tarifas, racionalização de uso e readequação de estruturas de gasto. A outra frente refere-se às despesas específicas de cada órgão, que são os gastos mais importantes de cada unidade, como medicamentos, gêneros para alimentação, auxílios concedidos a pessoas ou entidades, para os quais se busca uma racionalização do uso, redução de preços e outras práticas de gestão eficiente de utilização.

- **Reestruturação em órgãos e processos**: também em parceria com o PGQP, foi implementada em 10 órgãos e 25 processos. A reestruturação de órgãos tem como objetivo a modernização de estruturas, com vistas à melhoria da eficiência no uso de recursos e geração de resultados para a sociedade. Já a reestruturação de processos tem como meta modernizar processos de trabalho, com o objetivo de promover a economia de recursos, a eficiência e a efetividade. Veja exemplos:

- **Novas medidas para negociação de dívidas**: Os pagamentos dos fornecedores de bens e serviços do Estado chegaram a registrar atrasos de até 13 meses. Sem recursos, o Estado postergava os pagamentos, fazendo com que o número de fornecedores caísse a cada ano nas licitações. Além disso, os preços ficavam mais altos devido ao atraso. O Estado passou a adotar o conceito de regime de caixa, só fazendo novas aquisições quando havia recursos programados para o seu pagamento. Aos poucos, foi regularizando o passivo com os fornecedores e, em 2008, o Estado quitou os pagamentos em atraso. Com a medida, houve uma economia de pelo menos R$ 40 milhões em 2008 e o número de fornecedores que participam das licitações aumentou em até 30%.

No âmbito do controle interno, foram realizadas as seguintes ações:

- Está em fase final de implantação o módulo do FPE – Sistema de Execução Orçamentária da Despesa e da Receita –, que tem por finalidade, entre outras, processar toda a despesa do Estado, nos três Poderes, em todas as suas fases, registrar toda a receita, processar a contabilidade e controlar, entre outros itens, os convênios, os materiais de consumo, as diárias e os adiantamentos.

- Está em fase de lançamento o Portal da Transparência, de acesso público e universal, contendo na primeira versão, todas as transações da execução orçamentária da despesa dos três Poderes, até o segundo mês anterior ao da consulta.

O conjunto de medidas adotadas foi reconhecido pelas autoridades federais, que concederam autorização para o estado negociar com o Banco Mundial o financiamento para o Programa Sustentabilidade Fiscal para o Crescimento. Em setembro, o Estado assinou um contrato de financiamento no montante de US$ 1,1 bilhão para reduzir o impacto dos

pagamentos da dívida extralimite. Em 30 anos, o Estado deixará de desembolsar cerca de R$ 600 milhões com o pagamento da dívida. A reestruturação da dívida extralimite do Rio Grande do Sul já é referência e está sendo buscada por vários Estados. A operação é também um reconhecimento do BIRD e das autoridades federais ao esforço de ajuste fiscal do Rio Grande do Sul.

A economia com o pagamento de dívidas com taxas menores possibilitada pela liberação da primeira parcela (US$ 650 milhões) do empréstimo permitiu ao Estado uma economia de R$ 170 milhões. Essa economia foi gerada pelo fluxo menor no pagamento de dívidas em 2008 em relação ao que teria sido desembolsado sem a operação.

Os pagamentos das aposentadorias e pensões para servidores inativos é uma das principais fontes de rigidez na despesa. Esses gastos equivalem a 31,5% da RCL, praticamente metade do gasto total com pessoal, e representam aproximadamente 3% do PIB. Para aliviar o peso desses gastos nos próximos anos, realizou-se uma operação de *IPO* com as ações preferenciais do Banrisul e alocamos R$ 1,2 bilhão dos recursos captados em dois fundos de reserva financeira criados exclusivamente para cobrir despesas previdenciárias: Fundo de Equilíbrio Pevidenciário (FE-Prev) e Fundo de Garantia da Previdência Pública Estadual (FG-Prev). O FE-Prev foi constituído com 90% desse montante com duração prevista de sete anos e descapitalização mensal para pagamentos das atuais aposentadoriais. Esse fundo gera um alívio financeiro de aproximadamente R$ 14 milhões mensais nos gastos com aposentadorias. O FG-Prev foi constituído com 10% do montante e consiste numa reserva financeira para custear as futuras aposentadorias. Quando o Fundo Complementar de Aposentadoriais for implantado, as contribuições do Estado serão realizadas com os recursos do FG-Prev. Com isso, já se reservou recursos para garantir a cobertura dos custos fiscais iniciais decorrentes da criação do Fundo Complementar de Aposentadorias.

Outra ação foi o corte dos salários do Poder Executivo que estavam acima do teto constitucional de R$ 22.111,25 o que corresponde a uma economia estimada em R$ 1,6 milhão ao ano. A medida deu seguimento à determinação expressa na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2007, na qual foi incluída a necessidade de aplicação do teto. A mesma iniciativa também foi adotada no Instituto de Previdência do Estado, onde havia 82 pensões acima do teto. A economia no IPE deve ser de R$ 3,5 milhões no ano.

Por fim, o Governo determinou o pagamento dos reajustes relativos à Lei Britto, problema que se prolongava há mais de 10 anos, criando distorções salariais entre servidores que receberam os reajustes por decisão judicial e os que não foram contemplados pelo mesmo benefício. Cerca de 93% dos servidores do Executivo estão recebendo reajustes que variam entre 19,9% e 33,09% em quatro parcelas. Já foram pagas duas parcelas em agosto de 2008 e março de 2009. As restantes serão pagas em agosto de 2009 e março de 2010.

3 INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS RELATIVAS A PROPOSTA

3.1 ARRANJO INSTITUCIONAL

A presente proposta será executada pela Unidade de Coordenação Estadual (UCE). Esta Unidade funcionará na Secretaria de Estado da Fazenda, sendo responsável pela gestão e pelo monitoramento das ações previstas. A responsabilidade da Unidade estará a cargo de um Coordenador designado pelo titular da Secretaria da Fazenda. Além

desse Coordenador, haverá uma equipe mínima necessária ao acompanhamento da execução do projeto.

A estrutura básica da UCE, além do Coordenador-Geral, compõe-se, no mínimo, de:

a) Coordenador Técnico, subordinado ao Coordenador-Geral;
b) Coordenador Administrativo-Financeiro, subordinado ao Coordenador-Geral; e
c) Assistente Técnico de Monitoramento, ligado ao Coordenador-Geral.

Poderão participar do projeto outros órgãos, entidades e Poderes cujas finalidades e atribuições sejam conexas ou correlatas com as da Secretaria da Fazenda mediante a celebração de convênios, previamente autorizados pelo BID.

3.2 REPASSE DE RECURSOS

Não está previsto o repasse de recursos a outras esferas de governo.

3.3 PARTICIPAÇÃO DE SOCIEDADE CIVIL, COMUNIDADES E/OU SETOR PRIVADO

Nas ações do projeto, destacam-se a construção do Portal da Transparência, que objetiva dar ampla transparência as informações do Orçamento Público e permitir a fiscalização do dinheiro utilizado pelos agentes públicos.

3.4 GASTOS COM CONSULTORIA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E ESTUDOS

A contratação de consultorias especializadas será necessária apenas durante a execução do projeto.

3.5 OPERACIONALIZAÇÃO DO INVESTIMENTO

A Secretaria da Fazenda será a responsável pela operacionalização e manutenção das obras executadas e equipamentos adquiridos no projeto.

3.6 ÔNUS E BENEFICÍOS DECORRENTES DO PROJETO

Não há ônus previstos para a entidade executora, para a saúde, a segurança e o bem-estar da população-alvo, para as atividades sociais e econômicas e para a qualidade dos recursos ambientais.

Os principais benefícios previstos residem na formação e capacitação dos servidores em atividade no âmbito da Secretaria da Fazenda; na disponibilização de recursos tecnológicos de ponta para o desempenho das atividades fazendárias; na facilitação e na produção de valor público para os contribuintes inscritos e para os cidadãos do Estado.

Indiretamente, os benefícios refletir-se-ão em diversas áreas da gestão estadual, na educação, na saúde, na segurança e no bem-estar dos servidores públicos e da população em geral, por meio do fortalecimento da capacidade de arrecadação de receita

tributária, na contenção do gasto público e conseqüente aumento da capacidade de investimento nas necessidades coletivas da sociedade.

3.7 IMPACTO AMBIENTAL

Trata-se de um projeto que não terá impactos ambientais, pois tem como principais insumos a tecnologia da informação e o conhecimento.

4 INFORMAÇÕES SOBRE O MUTUÁRIO, EXECUTOR E CO-EXECUTOR (ES)

4.1 INFORMAÇÕES SOBRE O MUTUÁRIO

4.1.1 Identificação do Mutuário

Estado do Rio Grande do Sul

4.1.2 Experiências do Mutuário com Organismos Financeiros Multilaterais e Agências Governamentais Estrangeiras

A ampla experiência do Estado do Rio Grande do Sul na execução de projetos financiados por organismos multilaterais internacionais está indicada no Anexo I.

4.1.3 Informações sobre o Estado

O Cronograma de Compromissos com a dívida pública estadual está descrito no Anexo III. No Anexo IV, apresentam-se os Demonstrativos Contábeis (Balanço Patrimonial, Financeiro e Orçamentário, das Variações Patrimoniais e Demonstrativos da Receita e da Despesa desagregados) relativos ao último exercício.

4.1.4 Indicação de Contragarantias

O Poder Executivo será autorizado a vincular, como contragarantias à garantia da União, as cotas de repartição constitucional previstas nos artigos 157 e 159, complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no artigo 155 da Constituição Federal, nos termos do § 4º, do artigo 167, bem como outras garantias em direito admitidas.

4.2 INFORMAÇÕES SOBRE O EXECUTOR E CO-EXECUTOR (ES)

4.2.1 Identificação do Executor

A Secretaria de Estado da Fazenda será responsável pela execução e coordenação das ações previstas nesta proposta. Esta Secretaria foi criada, em 21 de março de 1890, pelo Ato n° 141 do Governador do Estado e tem suas atribuições definidas pela Lei n.º 12.697, de 04/05/2007, que dispõe sobre a estrutura administrativa do Poder Executivo do Estado. São competências desta Secretaria:

a) administração tributária, financeira e orçamentária;
b) políticas de estímulo fiscal;
c) definição de limites globais para a programação de liberação de recursos orçamentários e financeiros compatíveis com as estimativas e a arrecadação da receita pública;
d) administração da dívida pública;
e) contabilidade e auditoria;
f) avaliação dos convênios e ajustes realizados pela Administração com a União, Estados e Municípios, com identificação e análise de fontes de recursos;
g) administração financeira da folha de pagamento de pessoal do Estado; e

h) tecnologia da informação e certificação digital.

Integram a área de supervisão da Secretaria, o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A (Banrisul), a Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S/A (CADIP) e a Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul (Procergs), esta última incluída pelo Decreto n.º 45.039, de 04/05/2007. A estrutura básica da Secretaria da Fazenda, regulamentada pelos Decretos de n.º 37.297, de 13/03/1997 e de n. º 44.213, de 29/12/2005, é a seguinte:

I - Gabinete do Secretário
II - Diretoria-Geral
III - Órgãos de execução:
a) Contadoria e Auditoria-Geral do Estado - CAGE;
b) Departamento da Receita Pública Estadual; e
c) Departamento da Despesa Pública Estadual.

A Lei n.º 12.697, de 04/05/2007, no § 5º do art. 13, observa que a Secretaria da Fazenda, em substituição aos Departamentos, poderá estabelecer estruturação interna diferenciada, na forma de Subsecretarias.

4.2.2 Experiências do Executor e do(s) Co-Executor (es) com Organismos Multilaterais e Agências Governamentais Estrangeiras

O Poder Executivo desenvolveu, como executor, os seguintes projetos financiados por organismos internacionais. Os contratos de empréstimos 776/OC-BR e 911/SF-BR do BID para o Estado do Rio Grande do Sul, referentes à execução do Módulo I do Programa Pró-Guaíba, foram assinados em julho de 1995, mas este Programa foi iniciado ao final de 1989, quando o Governo do Estado formulou as bases de um ambicioso plano de recuperação ambiental da Bacia do Guaíba, tendo a negociação com o Banco se desenvolvido na Administração encerrada em 1994. A operação aprovada previa custos de investimentos totais de US$ 220.5 milhões, sendo US$ 110.2 milhões de recursos OC (*Ordinary Capital*), US$ 22.1 milhões de recursos SF (*Special Fund*) e US$ 88.2 milhões de aportes locais.

O Programa de Pavimentação Rodoviária do Rio Grande do Sul – PPR/RS foi iniciado em julho de 1997 e encontra-se finalizado. Consistiu na implantação e pavimentação de 710 quilômetros de rodovias concentradas em dois corredores: o da RS/377, que liga o Norte do Estado às fronteiras com a Argentina e com o Uruguai; e o da RS/471, parcialmente construído, que liga a região planáltica do Estado, maior produtora de grãos, ao Porto de Rio Grande, principal porto do Estado e um dos mais importantes do Brasil. O custo total, que estava inicialmente previsto em US$ 300 milhões, foi de, aproximadamente, US$ 306 milhões, com uma participação de US$ 150 milhões oriundos do BID (Contrato de Empréstimo n.º 998/OC-BR) e US$ 156 milhões de contrapartida local, dos quais US$ 75 milhões foram financiados pelo JBIC.

O Programa RS Rural foi executado pela Secretaria da Agricultura e Abastecimento e visou responder a problemáticas socioeconômicas e ambientais. O RS Rural resultou do empréstimo 4148-BR de 1997, do BIRD para o Estado do Rio Grande do Sul, no montante de US$ 100 milhões, aos quais se somaram a contrapartida estadual de US$ 60.51milhões, totalizando US$ 160.2 milhões.

O Programa de Manutenção das Rodovias Estaduais – PNMR/RS foi iniciado em agosto de 1998, sendo concluído em 2006. Ele permitiu a reabilitação e a manutenção de

cerca de 2.500 quilômetros de rodovias com bastante tráfego, localizadas, em especial, na Metade Norte do Estado. O custo desse programa foi de US$ 105 milhões, com a participação de US$ 70 milhões do BIRD (67% do programa total), obtida por intermédio de contrato de empréstimo externo firmado em 1998 (Contrato n.º 4165-BR).

O Programa RS: Sustentabilidade Fiscal para o Crescimento, assinado em 01/09/2008 com o Banco Mundial, é um financiamento de US$ 1,1 bilhão para a reestruturação da dívida extralimite gaúcha.

4.2.3 Ações Necessárias para o Fortalecimento Institucional do Executor e do(s) Co-Executor (es)

Não se identificou a necessidade de ações prévias de fortalecimento institucional do órgão executor. A Secretaria da Fazenda possui um quadro de servidores efetivos, uma estrutura gerencial e um corpo de gestores capacitados, que serão fortalecidos e aprimorados no decurso do desenvolvimento do projeto.

5 DETALHAMENTO FÍSICO-FINANCEIRO DA PROPOSTA

5.1 CRONOGRAMA ANUAL FÍSICO-FINANCEIRO

O Cronograma Anual Financeiro, indicando os componentes e subcomponentes, bem como a indicação da fonte de recursos, encontra-se no Anexo II.

6 RESPONSÁVEIS PELO CONTATO COM A SECRETARIA EXECUTIVA DA COFIEX

Responsável

Ricardo Englert
Secretário de Estado da Fazenda
Av. Mauá, 1155 - 5º Andar – 90030-080 - Porto Alegre/RS
aodj@sefaz.rs.gov.br
Fone: (51) 32145104/32145118
Fax: (51) 32273967

Coordenador do Projeto

Roberto Balau Calazans
Assessoria Técnica do Gabinete do Secretário
Secretaria de Estado da Fazenda
Av. Mauá, 1155 - 5º Andar – 90030-080 - Porto Alegre/RS
robertoc@sefaz.rs.gov.br
Fone: (51) 32145181
Fax: (51) 32273967

ANEXOS

ANEXO I - EXPERIÊNCIAS COM ORGANISMOS FINANCEIROS MULTILATERAIS E AGÊNCIAS GOVERNAMENTAIS ESTRANGEIRAS

Experiência do mutuário com organismos financeiros multilaterais e agências governamentais estrangeiras

MUTUÁRIO	AGÊNCIA	PROGRAMA	CONTRATO	MOEDA	EMPRÉSTIMO US$ mi	%	PRAZO	ESTÁGIO
RS	GTZ	Programa de Viabilização de Espaços Econômicos para a População de Baixa Renda - PRORENDA	YZ445656/94	DM	4.700	77	7	Concluído
RS	BIRD	Programa Integrado de Melhoria Social	3129BR	US$	80.000	100	5	Concluído
RS	BID	Programa para Desenvolvimento Regional, Recuperação e Gerenciamento Ambiental da Bacia Hidrográfica do Guaíba - Pró-Guaíba	776 e 911	US$	132.300	100	7	Concluído
RS	BIRD	Programa de Apoio e Reforma do Estado	4139 BR	US$	125.000	84	2	Concluído
RS	BIRD	Projeto de Manejo dos Recursos Naturais e Alívio da Pobreza Rural - RS RURAL	4148 BR	US$	100.000	100	6	Concluído
RS	BID e JBIC	Programa de Pavimentação Rodoviária - PPR	998/OC e 42684	US$	150.000 (BID) 75.000(JBIC)	100	7	Concluído
RS	BIRD	Programa de Restauração de Rodovias - PNMRE	4165 BR	US$	70.000	100	9	Concluído
RS	JICA	Programa para o Desenvolvimento Sustentável, Recuperação e Gerenciamento Ambiental das Bacias Hidrográficas das Lagoas dos Patos e Mirim - Pró-Mar-de-Dentro		US$	5.000	20	2	Concluído diagnóstico
União	BID	Programa de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados e do DF - PNAGE		US$	8.010	0	5	Em execução
RS	KFW	Projeto Conservação da Mata Atlântica no RS		EUR$	6.100 (doação)	0		Em execução
RS	BIRD	Programa RS: Sustentabilidade Fiscal para o Crescimento		US$	1.1 bilhão	0	3	Contrato assinado em 01/09/08

FONTE: Secretaria do Planejamento e Gestão.

ANEXO II – CRONOGRAMA FINANCEIRO

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DA GESTÃO FISCAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Cronograma Anual Financeiro

VI - PROGRAMAÇÃO DE DESEMBOLSO (US$)					Valores em US$		1 US$ = R$ 2,00	
COMPONENTE / SUBCOMPONENTE	FONTE	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Subtotais	Total
CUSTOS DIRETOS								
I. INTEGRAÇÃO DA GESTÃO FAZENDÁRIA	BID	632.900,00	632.900,00	19.400,00	19.400,00	19.400,00	1.324.000,00	1.324.000
	Local	-	-	-	-	-	-	
1. Aperfeiçoamento organizacional e integração da gestão fazendária	BID	613.500,00	613.500,00	-	-	-	1.227.000,00	1.227.000
	Local	-	-	-	-	-	-	
2. Cooperação interinstitucional nacional e internacional	BID	19.400,00	19.400,00	19.400,00	19.400,00	19.400,00	97.000,00	97.000
	Local	-	-	-	-	-	-	
II. ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E CONTENCIOSO FISCAL	BID	6.837.826,00	6.837.826,00	6.837.826,00	4.877.350,00	4.877.350,00	30.268.178,00	30.268.178
	Local	-	-	-	-	-	-	
3. Melhoria da eficiência e eficácia da administração tributária	BID	5.358.809,00	5.358.809,00	5.358.809,00	4.504.000,00	4.504.000,00	25.084.427,00	25.084.427
	Local	-	-	-	-	-	-	
4. Aperfeiçoamento da gestão do cadastro e implantação do sistema público de	BID	863.333,50	863.333,50	863.333,50	-	-	2.590.000,50	2.590.001
	Local	-	-	-	-	-	-	
5. Melhoria da eficiência e eficácia da administração do contencioso fiscal	BID	615.683,50	615.683,50	615.683,50	373.350,00	373.350,00	2.593.750,50	2.593.751
	Local	-	-	-	-	-	-	
III. ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA, PATRIMONIAL E CONTROLE INTERNO DA	BID	8.197.563,00	7.748.091,50	1.078.863,00	-	-	17.024.517,50	18.357.851
	Local	-	833.333,50	500.000,00	-	-	1.333.333,50	
6. Melhoria da eficiência e da eficácia da administração financeira	BID	3.605.700,00	3.605.700,00	-	-	-	7.211.400,00	7.211.400
	Local	-	-	-	-	-	-	
7. Melhoria da eficiência e da eficácia da administração de materiais e de	BID	2.253.863,00	1.804.391,50	818.863,00	-	-	4.877.117,50	6.210.451
	Local	-	833.333,50	500.000,00	-	-	1.333.333,50	
8. Aperfeiçoamento dos mecanismos de auditoria e controle interno da gestão	BID	2.338.000,00	2.338.000,00	260.000,00	-	-	4.936.000,00	4.936.000
	Local	-	-	-	-	-	-	
IV. GESTÃO DE RECURSOS CORPORATIVOS	BID	3.245.770,00	3.671.520,00	2.315.750,00	2.665.000,00	2.665.000,00	14.563.040,00	16.563.040
	Local	1.000.000,00	500.000,00	500.000,00	-	-	2.000.000,00	
9. Aperfeiçoamento dos mecanismos de transparência da gestão fiscal e	BID	50.250,00	201.000,00	150.750,00	-	-	402.000,00	402.000
	Local	-	-	-	-	-	-	
10. Modernização e aperfeiçoamento dos serviços de tecnologia da informação e	BID	1.890.000,00	2.165.000,00	2.165.000,00	2.665.000,00	2.665.000,00	11.550.000,00	13.550.000
	Local	1.000.000,00	500.000,00	500.000,00	-	-	2.000.000,00	
11. Aperfeiçoamento da gestão de recursos humanos na área fazendária	BID	1.251.520,00	1.251.520,00	-	-	-	2.503.040,00	2.503.040
	Local	-	-	-	-	-	-	
12. Fortalecimento da gestão do conhecimento na área fazendária	BID	54.000,00	54.000,00	-	-	-	108.000,00	108.000
	Local	-	-	-	-	-	-	
Total dos Custos Diretos	BID	18.914.059,00	18.890.337,50	10.251.839,00	7.561.750,00	7.561.750,00	63.179.735,50	66.513.069,00
	Local	1.000.000,00	1.333.333,50	1.000.000,00	-	-	3.333.333,50	
ADMINISTRAÇÃO								
A1 - Gestão do Projeto	BID	23.520,00	23.520,00	23.520,00	23.520,00	23.520,00	117.600,00	117.600,00
	Local	-	-	-	-	-	-	
A2 - Monitoramento e avaliação	BID	7.200,00	7.200,00	7.200,00	7.200,00	7.200,00	36.000,00	36.000,00
	Local	-	-	-	-	-	-	
Total de Administração	BID	30.720,00	30.720,00	30.720,00	30.720,00	30.720,00	153.600,00	153.600,00
	Local	-	-	-	-	-	-	
Custos Diretos + Administração	BID	18.944.779,00	18.921.057,50	10.282.559,00	7.592.470,00	7.592.470,00	63.333.335,50	66.666.667,00
	% BID	29,91%	29,88%	16,24%	11,99%	11,99%	100,00%	
	Local	1.000.000,00	1.333.333,50	1.000.000,00	-	-	3.333.333,50	
	% Local	30,00%	40,00%	30,00%	0,00%	0,00%	100,00%	
	Total	19.944.779,00	20.254.391,00	11.282.559,00	7.592.470,00	7.592.470,00	66.666.667,00	
	% Total	29,92%	30,38%	16,92%	11,39%	11,39%		

FONTE: Secretaria da Fazenda.

Consolidação por tipo de recurso

III - CONSOLIDAÇÃO POR TIPO DE RECURSO (US$) — 1 US$ = R$ 2,00

ESTA PLANILHA NÃO DEVE SER PREENCHIDA. CONSOLIDA OS RECURSOS DOS COMPONENTES E SUBCOMPONENTES. — Valores em US$

COMPONENTE / SUBCOMPONENTE	Capacitação	Consultoria	Equip e Sistemas de Informação	Equip, Mat e Serv Apoio Operacional	Instalações Físicas	TOTAL	%
CUSTOS DIRETOS							
I. INTEGRAÇÃO DA GESTÃO FAZENDÁRIA	97.000	1.227.000	-	-	-	1.324.000	1,00%
1. Aperfeiçoamento organizacional e integração da gestão fazendária	-	1.227.000	-	-	-	1.227.000	0,92%
2. Cooperação interinstitucional nacional e internacional	97.000	-	-	-	-	97.000	0,07%
II. ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E CONTENCIOSO FISCAL	757.000	16.455.000	11.860.177	1.196.000	-	30.268.177	22,75%
3. Melhoria da eficiência e eficácia da administração tributária	-	13.200.000	10.964.427	920.000	-	25.084.427	18,86%
4. Aperfeiçoamento da gestão do cadastro e implantação do sistema público de escrituração digital	-	2.340.000	250.000	-	-	2.590.000	1,95%
5. Melhoria da eficiência e eficácia da administração do contencioso fiscal	757.000	915.000	645.750	276.000	-	2.593.750	1,95%
III. ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA, PATRIMONIAL E CONTROLE INTERNO DA GESTÃO FISCAL	290.100	8.771.600	3.409.150	568.500	5.318.500	18.357.850	13,80%
6. Melhoria da eficiência e da eficácia da administração financeira	71.400	7.020.000	120.000	-	-	7.211.400	5,42%
7. Melhoria da eficiência e da eficácia da administração de materiais e de patrimônio na área fazendária	2.700	111.600	289.150	488.500	5.318.500	6.210.450	4,67%
8. Aperfeiçoamento dos mecanismos de auditoria e controle interno da gestão fiscal	216.000	1.640.000	3.000.000	80.000	-	4.936.000	3,71%
IV. GESTÃO DE RECURSOS CORPORATIVOS	1.160.000	1.320.000	5.233.040	-	8.850.000	16.563.040	12,45%
9. Aperfeiçoamento dos mecanismos de transparência da gestão fiscal e comunicação com a sociedade	-	402.000	-	-	-	402.000	0,30%
10. Modernização e aperfeiçoamento dos serviços de tecnologia da informação e comunicação na área fazendária	-	450.000	5.100.000	-	8.000.000	13.550.000	10,19%
11. Aperfeiçoamento da gestão de recursos humanos na área fazendária	1.160.000	360.000	133.040	-	850.000	2.503.040	1,88%
12. Fortalecimento da gestão do conhecimento na área fazendária	-	108.000	-	-	-	108.000	0,08%
SUBTOTAL CUSTOS DIRETOS	2.304.100	27.773.600	20.502.367	1.764.500	14.168.500	66.513.067	50,00%
%	3,46%	41,76%	30,82%	2,65%	21,30%	100,00%	
ADMINISTRAÇÃO							
A1 - Gestão do Projeto	36.000	80.000	1.600	-	-	117.600	38,28%
A2 - Monitoramento e avaliação	36.000	-	-	-	-	36.000	11,72%
SUBTOTAL ADMINISTRAÇÃO	72.000	80.000	1.600	-	-	153.600	50,00%
%	46,88%	52,08%	1,04%	0,00%	0,00%	100,00%	0,23%
TOTAL GERAL	2.376.100	27.853.600	20.503.967	1.764.500	14.168.500	66.666.667	

FONTE: Secretaria da Fazenda.

ANEXO III – CRONOGRAMA DE COMPROMISSOS e ANEXO V DO PAF

ANEXO IV – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL